

O PCB e Marighella na disputa eleitoral em 1945 na Bahia.¹

Ricardo José Sizilio²

Resumo:

Pretendemos discutir neste artigo os caminhos percorridos pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) durante o processo eleitoral de 1945 na Bahia. Através, principalmente, do jornal *A Tarde* e do periódico comunista *O Momento* buscamos compreender quais as bandeiras levantadas e disputas travadas pelo PCB nestas eleições. Nos interessa neste trabalho, também, entender como Carlos Marighella conseguiu, depois de dez anos longe do seu estado natal, se tornar o único Deputado Federal comunista eleito pela Bahia.

Palavras-Chave:

Partido Comunista do Brasil, Carlos Marighella, Eleições, Bahia

Abstract:

This article aims at analyzing the path of Partido Comunista do Brasil (PCB) throughout the election process of 1945 in Bahia. Our primary sources, *A Tarde* and the communist newspaper *O Momento*, guide our studies to better understand PCB choices and disputes during the elections. It is also our goal to clarify how Carlos Marighella became the only communist congressman elected by Bahia, despite being away from his home state for ten years.

Keywords:

¹ Esta é uma versão revisada do artigo publicado com o título "De prisões à Constituinte - A vitória de Carlos Marighella e do PCB nas eleições de 1945" nos Anais da IX Semana de História Política / Seminário Nacional de História: Política Cultura & Sociedade. UERJ. 2014. Cabe ressaltar que uma versão ampliada deste artigo foi submetida a Revista Universitas Humanas.

² Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista FAPESB. E-mail: ricardosizilio@yahoo.com.br

Partido Comunista do Brasil, Carlos Marighella, Elections, Bahia

Instalado na Presidência da República desde 1930 e governando ditatorialmente a partir da implantação do Estado Novo em 1937, Getúlio Vargas manteve-se no poder durante quinze anos utilizando, entre outros instrumentos, a repressão maciça a seus opositores. Contudo, a partir de 1943 aumentaram as demonstrações de insatisfação ao governo e grande parte dos brasileiros clamava pelo fim da ditadura de Vargas, vislumbrando na realização das eleições e na elaboração de uma nova Constituição a possibilidade concreta de terem garantidos muitos dos seus direitos usurpados pelo Estado Novo. Em 1945, após quinze anos no poder, Getúlio Vargas iniciou o processo de abertura política do Brasil tentando conter as pressões de diversos segmentos da sociedade que desejavam o fim do seu governo.

A iminência do fim da Segunda Guerra Mundial carregando consigo o discurso pela democracia era utilizada pelos opositores para pressionar o fim do regime ditatorial. Vargas buscando contornar a situação desfavorável, tendo em vista o aspecto eleitoral, deu o passo inicial para a redemocratização do Brasil através do Ato Adicional número 9, promulgado em 28 de fevereiro, que determinava, entre outras providências, que no prazo de 90 dias seria fixada a data das eleições para presidente, senadores e deputados. O regime do Estado Novo, ao que parecia, vivia seus últimos momentos e Vargas tentava com isso comandar o processo de redemocratização no Brasil.ⁱ A partir de 28 de fevereiro, a Justiça Eleitoral deveria ser totalmente reorganizada, haja vista que criada em 1932 pelo próprio Getúlio, perdeu sua função com o Estado Novo, afinal os partidos políticos foram extintos e proibidos de funcionar e o Congresso foi dissolvido.ⁱⁱ

Durante o Estado Novo a repressão aos opositores foi intensa e até meados de abril de 1945 havia no Brasil aproximadamente 600 presos políticos encarcerados. Por isso, o Partido Comunista do Brasil (PCB) e outros segmentos da sociedade brasileira pressionavam o governo pela anistia política, como se pode verificar com a realização da "Semana Nacional da Anistia na Bahia"ⁱⁱⁱ no início daquele mês. Com o intuito de conter a pressão da opinião pública e de seus opositores, Vargas anistiou os presos políticos e exilados, em sua maioria integralistas e comunistas^{iv}, e entre os que foram

soltos estavam Carlos Marighella e Luis Carlos Prestes, dois dos eleitos à Constituinte pelo PCB naquele ano.

O PCB nas ruas: a legalização do partido e as bandeiras da campanha eleitoral

Até 1945 o PCB não havia conseguido eleger nenhum dos seus militantes nos processos eleitorais, afinal desde sua criação em março de 1922, o partido esteve na maioria do tempo na ilegalidade, só funcionando de forma legal durante os três meses após sua criação e entre janeiro e agosto de 1927. Mesmo durante os períodos de ilegalidade, os comunistas continuavam atuando, o que ocasionou perseguições e inúmeras prisões em todo o Brasil, principalmente durante o período em que Getúlio Vargas esteve no poder. Tais perseguições fizeram com que no final da década de 1930, o Comitê Regional da Bahia (CR-BA) se transformasse em um dos poucos organismos do partido em efetivo funcionamento, mesmo que de forma ilegal. Isto possibilitou que, no início dos anos de 1940, os comunistas baianos estivessem inseridos no movimento estudantil e entre os operários, além de publicarem uma revista de circulação nacional, a *Seiva*^v. Em Salvador, os comunistas atuavam em pelo menos 20 núcleos, sendo que "entre os estudantes havia sete células do partido funcionando normalmente e 13 células entre os operários" de diversas categorias.^{vi} A atuação contínua, mesmo que de forma ilegal, além da iminência do fim da Segunda Guerra Mundial com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) entre os aliados e lutando pela democracia, fizeram com que os comunistas baianos angariassem um grande capital político. Segundo João Falcão, "no início de 1945, o partido [...] crescia rapidamente em função do grande número de operários e trabalhadores em geral, estudantes, jornalistas e profissionais liberais que procuravam filiar-se".^{vii}

Ainda sem os registros, e antes mesmo do estabelecimento da legislação eleitoral, os partidos políticos começaram a funcionar. Na Bahia, ao longo dos meses, o PCB através de comícios e do seu jornal *O Momento* mostrou quais seriam seus 24 candidatos a deputado e quais eram as suas bandeiras políticas, dentre as quais estavam o combate aos integralistas; a conclamação por uma Constituinte e a revogação da Constituição de 1937 e a defesa pelo voto dos militares de baixa patente das Forças Armadas e dos analfabetos. Além destas divulgadas em seu periódico, no programa de

partido enviado ao TSE para seu registro político, o PCB se propôs lutar, entre outros, pela emancipação da mulher e reconhecimento de todos os seus direitos que lhe são negados; pela proteção à infância, velhice e aos inválidos; e pelo esmagamento político e moral dos remanescentes do fascismo.

As vésperas de findar o prazo de 90 dias para a regulamentação do processo eleitoral e tendo conhecimento do anteprojeto de lei, foi publicada em 14 de maio em *O Momento* a reportagem intitulada *Pelo votos dos soldados*.^{viii} Nela foi feita uma ampla defesa pelo direito ao voto dos soldados das Forças Armadas^{ix}, citando o patriotismo destes na luta pela democracia em solo europeu e que os oficiais poderiam votar, logo, o voto não era uma incompatibilidade com a profissão militar, mas sim, uma questão de classe e por fim, conclamava os responsáveis pela redação final do texto do anteprojeto para que em tempo pudessem fazer as alterações necessárias para que os soldados tivessem direito ao voto, o que não foi atendido.

Durante toda a campanha eleitoral o jornal *O Momento* foi fundamental para o PCB no estado. Em 06 de agosto, na matéria *O Partido Comunista e o problema eleitoral*, foi afirmado que "O Partido Comunista não descansará [...] na tarefa de fazer com que o povo participe cada vez mais da nossa vida política e nesse sentido lutará até o fim pelo direito de voto para os analfabetos".^x Para compreender que a defesa dos comunistas em relação ao voto dos analfabetos era plausível, confrontamos os números do Censo Demográfico de 1940 da Bahia^{xi} com a quantidade de eleitores inscritos no Tribunal Regional Eleitoral (TRE – BA) em 1945. Cabe salientar ainda que números do Censo não tratam com exatidão a quantidade populacional, além de estarem defasados em relação a eleição, afinal há diferença de cinco anos para o pleito de 02 de dezembro de 1945. Os dados do Censo informam que a Bahia possuía 3.918.112 habitantes, sendo 1.827.887 a partir dos 20 anos que eram obrigados pela legislação a votar, porém destes, apenas 29% (524.925 pessoas) declaravam saber ler e escrever.^{xii} Assim, ficariam excluídos do direito de votar 1.302.962 pessoas por serem analfabetas, o que equivale aproximadamente a 71% dos que teriam a obrigação de serem eleitores. Essa projeção seria para o ano de 1940, ainda assim, para a eleição em 1945, o TRE-BA inscreveu em todo território baiano, entre 08 de julho e 02 de outubro, 440.823 eleitores, quantidade abaixo do esperado. Diante do grande número de analfabetos na Bahia foi realizada pelo PCB, através dos Comitês Populares Democráticos, uma campanha de alfabetização nos adultos com o objetivo de levar o maior número de eleitores às urnas. Esses Comitês

Populares foram criados na década de 1940 e "se constituíram em órgãos cuja tarefa principal era organizar o povo, no sentido de desenvolver o trabalho de massas" fazendo com que os comunistas, se aproximassem da população nos bairros e soubessem quais eram de fato suas reivindicações. Buscava-se, desta forma, a organização da sociedade civil nos moldes democráticos, além da ampliação das bases do PCB em Salvador.^{xiii}

Coerente com seu programa, o PCB além de defender o voto dos analfabetos, incentivou a participação feminina na campanha eleitoral, exemplificada pela reportagem, de *O Momento* em 15 de outubro, *A Mulher bahiana na luta pacífica pela democracia* na qual noticiava a instalação da União Democrática Feminina na Bahia, entidade que se propunha "lutar pela participação da mulher bahiana na vida política e cultural do país". Na mesma edição foi feita a convocação para o comício no Pelourinho no dia 17, que entre os oradores, falaria em "nome da mulher comunista, a militante Lourdes Dias".^{xiv} No entanto, se a participação feminina na campanha era evidenciada no jornal comunista, isto não significa dizer que houve ampla participação das mulheres entre os candidatos que disputavam o pleito. O Mapa Eleitoral de 1945 do TRE-BA mostra que dos 143 candidatos a deputado, havia apenas três mulheres, a saber: Leolina Costa do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que teve 456 votos, Jacinta Amado do PCB com 44 votos e Ana Dantas do Partido de Representação Popular (PRP) com 18 votos. Nenhuma delas foi eleita, assim como nenhuma mulher no Brasil conseguiu ocupar umas das cadeiras da Constituinte de 1946.

Apenas três partidos tinham candidatas, entre eles, o integralista PRP. Em inúmeras edições de *O Momento*, durante o ano 1945, evidenciava-se a preocupação em combater o nazi-fascismo, em território nacional, e particularmente na Bahia, em consonância com o programa do PCB. A campanha anti-integralista em *O Momento* se justificava tanto pelas questões ideológicas, mas também pelo conhecimento da força política que os integralistas tiveram durante a década de 1930 na Bahia, onde possuíam inúmeros jornais tanto na capital como no interior, criando uma rede de informação e doutrinação dos Camisas Verdes baianos. *O Imparcial*, *A Província*, *O Popular*, *O Operário* e *A Voz do Estudante* com sede em Salvador, e no interior *A voz do Sigma* e *O Jornal* em Jequié, *O Sigma* em Itabuna, *A Faula* de Maragogipe, *O Serrinhense* de Serrinha, *O Sertão* de Lençóis e *A Mocidade* de Santo Amaro da Purificação eram os jornais que formavam a rede integralista na Bahia.^{xv}

Na busca por minar a força dos integralistas, o jornal *O Momento* de 28 de maio, publicou uma carta de Marighella informando o porquê da necessidade de se combater o integralismo. Além desta carta, a reportagem "O povo baiano repele o integralismo – reagirá organizadamente contra as manobras dos fascistas brasileiros", divulgava que os estudantes baianos reunidos na sede da União dos Estudantes da Bahia (UEB) decidiram fazer um manifesto contrário a qualquer tentativa de reorganização do partido integralista, além da preparação de uma semana anti-integralista na Bahia.^{xvi} Em outra matéria, no dia 17 de setembro, o jornal comunista publicou: *Permitir a rearticulação integralista é um ultraje a democracia*, e na continuação da reportagem, afirmava:

No Estado integralista a propensão é no sentido da ditadura...Consiste na concepção totalitária do Universo, dos homens, da elite e das massas. Eis por que considero uma necessidade crucial a de abrir os olhos a opinião brasileira contra os falsos pregadores de doutrinas perigosas.^{xvii}

O jornal *O Momento* não era o único que publicava matérias contrárias ao integralismo. Ao longo de 1945 o periódico *A Tarde* publicou inúmeras matérias repudiando a rearticulação integralista através do PRP, tais como: *O Integralismo no Tribunal da opinião pública*^{xviii} e *A mulher baiana contra o integralismo*.^{xix} A campanha anti-integralista realizada por baianos e brasileiros muito se deu pelo impacto da derrota do nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial e pela ânsia por dias democráticos, criando diversas dificuldades ao movimento integralista. Uma das mais evidentes dificuldades dos integralistas após a Segunda Guerra foi a veiculação de um discurso abertamente contrário à democracia liberal, aos partidos políticos e ao sistema representativo, mesmo assim, o PRP se manteve na política brasileira até 1964.^{xx} Por outro lado, no que tange a disputa eleitoral em si, o combate dos comunistas aos integralistas tinha um motivo a mais, afinal o PRP se declarava como "a possibilidade de que todos os trabalhadores brasileiros tem de defender seus interesses, que também são os interesses da nacionalidade, os interesses do nosso Brasil".^{xxi} Percebemos neste trecho que o PRP buscava também disputar os votos dos trabalhadores, além de contra-atacar o PCB insinuando que os comunistas não defendiam os interesses do Brasil.

Apesar do crescimento do partido e do processo de abertura política iniciado, o registro do PCB junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não transcorreu facilmente, haja vista que foi solicitado pelo relator do processo explicações sobre o programa do partido. Os comunistas tiveram que discorrer sobre como pretendiam realizar a divisão

de terras; o combate aos fascistas; a socialização dos meios de produção, entre outros. Nas respostas ao Tribunal, nos chama atenção o fato do PCB para ter deferido seu registro e poder participar do pleito, negar os princípios marxistas-leninistas. Durante os meses que durou o processo de registro do PCB, o TSE recebeu inúmeras mensagens solicitando que fosse indeferido o pedido feito pelo partido. A União Social pelos Direitos do Homem, sediada em São Paulo, requereu a proibição da concessão do registro partidário, entre os argumentos utilizados, um nos chama atenção, pois afirmava que os comunistas eram violentamente anti-democráticos e fundamentalmente nazistas. Com o mesmo intuito, telegramas foram enviados ao TSE, como por exemplo, o da professora Maria Joaquina Ferreira, da Bahia, informando ser mãe de família, educando quatro filhos com os preceitos cristãos e que por isso, pedia a negativa do registro ao PCB.^{xxii} O registro definitivo do partido só foi concedido em 10 de novembro, depois de todos os trâmites e exigências do Tribunal, mas tanto o fato do relator pedir explicações, como as solicitações de negativa ao registro indicam que os comunistas eram vistos com bastante desconfiança e que a campanha anti-comunistas ao longo de anos tinha alcançado seus objetivos.

Carlos Marighella: o deputado do PCB

Carlos Marighella nasceu em Salvador em 1911 e próximo de completar 21 anos, quando cursava o segundo ano de engenharia civil, foi preso pela primeira vez ao participar de uma manifestação liderada por estudantes do curso de medicina contra o governo Vargas. Os estudantes baianos acompanhavam os descontentamentos de São Paulo que foi às armas contra o presidente que após iniciar seu governo revogou a Constituição e nomeou interventores para os estados. Marighella ficou preso junto a outros 511 estudantes e professores por dois dias e esta foi, durante ao longo de sua vida, a sua mais curta temporada na cadeia e única no seu estado natal.

Quando Marighella foi preso em 1932 ele ainda não era militante do PCB. Sua entrada no partido acontecera pouco tempo antes dele sair de Salvador com destino ao Rio de Janeiro para militar no centro político do país. A respeito de sua entrada no PCB ele assim o descreveu:

Em 1934 eu tinha 22 anos de idade [...] participava da Federação Vermelha dos Estudantes e liderei uma série de movimentos na Escola [Politécnica] razão pela qual fui afastado. [...] Logo fui recrutado para o

partido e ingressei em uma célula de trabalhadores de tecido. Nesse período organizei as células do partido entre os trabalhadores do porto da Bahia, entre os trabalhadores do serviço de bondes da cidade, entre padeiros etc. e cheguei a ser o secretário do partido, havendo também organizado a Juventude Comunista.^{xxiii}

Segundo Marighella, o motivo pelo qual decidiu se tornar comunista foi “um sentimento profundo ante a injustiça social [que] não me permitia prosseguir em busca de um diploma dedicar-me a engenharia civil, num país onde as crianças são obrigadas a trabalhar para comer”^{xxiv}.

Devido a sua atuação política e o autoritarismo do governo de Vargas, ficou preso entre 1936 e 1937 em seguida entre 1939 e 1945 na Ilha de Fernando de Noronha e na Ilha Grande. Após ter sido anistiado em 18 de abril de 1945 pode exercer seus direitos políticos e concorrer às eleições, retornando a Bahia entre o final de maio e início de junho, aos 33 anos, depois de quase dez anos longe, entre o Rio de Janeiro e São Paulo realizando atividades ligadas ao partido, e tendo ficado a maior parte deste período em prisões.^{xxv}

O jornal *O Momento* foi um dos principais instrumentos utilizados por Marighella para combater o integralismo, mas também para se fazer conhecido entre os comunistas baianos. Após retornar a Bahia em 1945, Marighella iniciou sua campanha, principalmente na região portuária, um dos locais onde começara sua militância política. Em junho Marighella discursou no Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT – BA), buscando, inclusive, estreitar sua ligação com os trabalhadores e com o movimento sindical. Mas foi com a oficialização da sua candidatura em outubro que se intensificou a campanha eleitoral na Bahia, principalmente em Salvador. Sobre esta campanha, Luis Contreiras^{xxvi} diz:

Foi uma campanha forte. Marighella fez diversos comícios. O “problema” dele é que era muito fluente. Ele tinha dificuldade em terminar um discurso. Os comícios de Marighella não tiveram essa “audiência” que teve o de Prestes [...] era pra 100, 200 pessoas. Ele falava nos bairros, falava nas docas, falava para os portuários. Falou na Liberdade, no comício de Prestes. Foi uma campanha intensa. Às vezes tinha comício dia sim, dia não. Realizava dois, três comícios na semana.^{xxvii}

A realização de muitos comícios e sabatinas era fundamental, haja vista que Marighella não era em 1945 um agente político que desfrutava de expressivo reconhecimento público na Bahia e tão pouco era o principal nome do PCB no estado. Além de Marighella, o PCB teve outros 23 candidatos a deputado^{xxviii}, incluindo Luis

Carlos Prestes que concorreu tanto para deputado como para senador, já que a legislação assim permitia. Entre o retorno de Marighella e as eleições transcorreram-se pouco mais de seis meses. Durante esse período Carlos Marighella não se dedicou apenas a disputa eleitoral na Bahia, ele por fazer parte do Comitê Nacional teve que cumprir com diversas outras obrigações do partido em outros estados, como em Minas Gerais e o Distrito Federal. Ainda assim, ao final da apuração, Marighella se consagrou como candidato mais votado do partido, sendo o único comunista eleito pela Bahia à Constituinte.

Neste pleito o PCB obteve 18.628 votos a deputado e Marighella se elegeu com 5.187 votos. Na Bahia, outros candidatos do PCB eram mais conhecidos do que Marighella, ainda assim ele obteve cerca 30% dos votos dados aos candidatos a deputado do partido. Desta forma é plausível pensar que por Marighella fazer parte do Comitê Nacional o partido tenha influenciado seus militantes a votarem prioritariamente nele.

Algumas palavras mais

Permeada por questões ideológicas, a disputa eleitoral na Bahia entre comunistas e integralistas foi acirrada, justificando as inúmeras matérias em *O Momento* durante o ano de 1945. A repulsa aos integralistas era ideológica, sem dúvida, mas nos parece viável a possibilidade do temor dos comunistas em relação à capacidade eleitoral do PRP. Tal preocupação, não pode ser desprezada, pois, analisando os dados da eleição para deputado, enquanto o PCB obteve 18.628 votos, elegendo Marighella à Câmara, o PRP, mesmo com toda propaganda contra conseguiu 12.913 votos, faltando aproximadamente 1.500 votos para eleger um deputado pela Bahia, haja vista que o quociente eleitoral era de 14.437 votos.^{xxix} Outro fator que demonstra a força dos integralistas é o fato do candidato Carlos de Farias Albuquerque, que não se elegeu, ter conseguido 6.136 votos, quase 1.000 votos a mais que Carlos Marighella, deputado eleito.

Em 1945, a direção do PCB entendia que o Brasil antes de chegar ao comunismo necessitava passar por uma revolução burguesa, na qual as eleições fazem parte do

processo. Diante do processo eleitoral, é plausível pensar que o não PCB não fizesse o cálculo estritamente eleitoral e que a defesa do voto dos soldados e dos analfabetos, além da inserção das mulheres na disputa eleitoral fizessem parte da ideologia defendida pelos comunistas e ratificada em seu programa. No entanto, podemos considerar que o PCB objetivava eleger o maior número de militantes para a Constituinte, por isso, o partido em sua estratégia política, ao lutar pela ampliação do voto, o fazia também por visualizar naqueles grupos possíveis eleitores.

Finalmente, tendo conhecimento que Marighella durante a campanha eleitoral não era um militante com grande inserção entre os comunistas e a população baiana, podemos inferir que a sua vitória nas eleições não deve ser atribuída tão somente as suas características pessoais. Entendemos que esta vitória se deveu principalmente pela força que o PCB demonstrou na Bahia, devido a continuidade das suas atividades mesmo nos anos de clandestinidade, além do capital político angariado com vitória da URSS na Segunda Guerra Mundial.

ⁱ SILVA, Hélio. *1945: Por que Depuseram Vargas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1976, pag. 112.

ⁱⁱ SOUZA, Cintia Pinheiro Ribeiro de. *A Evolução da Regulação do Financiamento de Campanha no Brasil (1945-2006)*. 105 folhas: Dissertação (Mestrado).- Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. p. 48.

ⁱⁱⁱ *A Tarde*. A Semana Nacional de Anistia na Bahia. 09 de abril de 1945, p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

^{iv} Ressaltamos que utilizamos neste texto o termo "comunistas" para designar os militantes do Partido Comunista do Brasil.

^v A Revista Seiva foi criada por alguns comunistas baianos e foi o primeiro periódico antifascista a circular

no cenário do Estado Novo, entre os anos de 1938 e 1943. A respeito da Revista Seiva ver: FERREIRA, Daniela de Jesus. *Tempos de lutas e esperanças: a materialização da revista Seiva (1938-1943)*. 186 folhas: Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2012.

^{vi} FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci. (20 anos de clandestinidade)*. 2. ed. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000. p. 93-94.

^{vii} *Ibidem* p. 288.

^{viii} *O Momento*. Pelo votos dos soldados. 14 de maio de 1945, p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia.(BPEB). Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

^{ix} Na reportagem em *O Momento* se entende como soldado, todos os praças das Forças Armadas que não teriam direito ao voto pelo anteprojeto do Decreto-lei que regulamentaria as eleições de 1945. Para melhor esclarecimento, nas Forças Armadas há a divisão entre praças e oficiais. São praças os militares de patentes mais baixas e que não podem chegar as funções de comando e são subordinados aos oficiais. São denominados praças: os soldados, cabos e sargentos.

^x *O Momento*. O Partido Comunista e o problema eleitoral. 06 de agosto de 1945, p. 6. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

^{xi} IBGE. Biblioteca do IBGE. Recenseamento Geral do Brasil. Censo Demográfico. Vol II. 1940. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v2_br.pdf

- ^{xii} Cabe ressaltar aqui que, para efeito eleitoral, desde a Constituição de 1934, eram obrigados a se alistar todos os homens a partir dos 18 anos e as mulheres que comprovassem renda. Contudo, o Censo de 1940 não utiliza esse critério de divisão de faixa etária. Para uma análise mais próxima do objetivo da pesquisa, utilizamos aqui os dados da população acima dos 20 anos, incluindo aquela acima de 65 anos para quem o voto era direito facultativo.
- ^{xiii} A respeito dos Comitês Populares Democráticos ver: SILVA, Raquel Oliveira. *O PCB e Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1947)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2012. p. 37-76
- ^{xiv} *O Momento*. A Mulher bahiana na luta pacífica pela democracia. 15 de outubro de 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.
- ^{xv} CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999.
- ^{xvi} *O Momento*. O povo baiano repele o integralismo – reagirá organizadamente contra as manobras dos fascistas brasileiros. 28 de maio de 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.
- ^{xvii} *O Momento*. Permitir a rearticulação integralista é um ultraje a democracia. 28 de maio de 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.
- ^{xviii} *A Tarde*. O Integralismo no Tribunal da opinião pública. 29 de maio de 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.
- ^{xix} *A Tarde*. A Mulher baiana contra o integralismo. 17 de julho de 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.
- ^{xx} CALIL, Gilberto. *O integralismo e a defesa de uma “democracia” autoritária e excludente*. Disponível em <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT5/GT5-GILBERTO.pdf>; Acessado em 15 de maio de 2014.
- ^{xxi} *A Tarde*. O Partido de Representação Popular. 19 de novembro de 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.
- ^{xxii} Seção de Arquivos. Tribunal Superior Eleitoral.
- ^{xxiii} Autobiografia de Carlos Mariguella em 7 páginas, 26 de maio de 1954, manuscrito em espanhol. Fundo 495, armazenamento 197, dossiê 170. Arquivo Estatal de História Política e Social da Rússia - RGASPI
- ^{xxiv} MARIHELLA, Carlos. *Por que resisti à prisão*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense; Salvador: EDUFBA: OLODUM, 1995. p.23
- ^{xxv} NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (org). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: UNESP, 1999.
- ^{xxvi} Luis Contreiras de Almeida é engenheiro e entrou no PCB em 1945 quando ainda era estudante da Escola Politécnica da Bahia, militando na Bahia durante a campanha eleitoral em 1945.
- ^{xxvii} Entrevista cedida ao autor em 19 de setembro de 2013.
- ^{xxviii} Há divergências quanto ao número de candidatos a deputado pelo PCB que concorreram às eleições. Segundo *O Momento* o PCB teve 24 candidatos, enquanto o *A Tarde* divulgou uma lista constando 25 nomes. Após confrontarmos as duas listas percebemos que o *A Tarde* divulgou o nome do candidato *Joaquim Seixas Vale Cabral* repetidamente usando dois nomes diferentes: Joaquim Seixas e Vale Cabral. Ao divulgar o resultado eleitoral a lista do TRE-BA constava 23 candidatos do PCB excluindo o nome de Aydano Couto Ferraz. Entendemos, embora existam essas divergências, que o PCB teve 24 candidatos a deputados, pois é provável que Aydano Couto Ferraz não tenha sido votado e por isso não conste na lista do TRE.
- ^{xxix} Para se obter o quociente eleitoral é realizada a divisão da quantidade de votos válidos pela quantidade de cadeiras que o estado tem direito. De acordo com a Ata da Seção do TRE-BA os candidatos a deputado tiveram 346.493 votos válidos. Dividindo este total pelas 24 cadeiras que a Bahia tinha direito na Câmara, a cada 14.437 votos se elegia um deputado.